

Delfim continua afirmando que um acordo com o FMI é indispensável

● **DELFIN NETTO**, ex-Ministro do Planejamento e Constituinte pelo PDS — “O acordo provisório alcançado ontem entre o Brasil e os bancos credores provou que a moratória de fevereiro foi um erro grosseiro do Governo e que agora o País necessita, urgentemente, buscar um acordo com o FMI para diminuir os custos sociais da crise econômica. O Governo brasileiro tem se caracterizado por mentir e falsear os fatos ao povo”.

— O que aconteceu essa semana tem um certo ar ridículo. Essa de dizer que os argentinos iriam decretar a moratória por uma questão política é um exemplo. O argentino é mais farsante do que o brasileiro, de modo que é preciso tomar cuidado com esse jogo de corpo dos argentinos — disse Delfim.

● **JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO**, Ministro do Planejamento do Governo Geisel, e atual Presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmc) — Defendeu ontem o retorno do Brasil ao FMI, “mas sem que o País aceite as imposições do Fundo, como as que foram feitas na última vez, através das “cartas de intenções”.

Para ele, o Governo conseguirá fazer a renegociação da dívida externa com os bancos credores, após vencer essa fase inicial do fim da moratória, que será muito penosa e trabalhosa”. Ele criticou a decisão do Governo, de decretar a moratória, por entender que o País perdeu a oportunidade de resolver seu problema interno no momento em que a situação dos países credores, “estava boa, bem diferente da que existe hoje”.

● **ANTONIO BARROS DE CASTRO**, professor de Economia da UFRJ — “O pagamento em duas parcelas de US\$ 500 milhões que o

Brasil fará aos credores privados, pelo menos não afetará as reservas cambiais, uma vez que isso corresponde a um terço dos juros que deveriam ser pagos no último trimestre do ano, de US\$ 1,5 bilhão.

Apesar do acordo, o País continua reforçando suas reservas, no valor de US\$ 500 milhões a cada mês, desde que as condições de comércio exterior sejam mantidas. Mas se por um lado o acordo não lesa o objetivo primordial do País, aliás foi exatamente o nível baixo das reservas que motivou a suspensão dos pagamentos em fevereiro deste ano, por outro ele foi um balde de água fria na moratória”.

Quanto ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) Castro, que é um dos economistas do PMDB, foi enfático: “Se há uma atribuição legítima do Fundo esta é a de auxiliar o ajustamento externo dos países. Acontece que o superávit brasileiro é excelente, o Brasil está super-ajustado, por isso a única atribuição do FMI não faz sentido. É mais ou menos como dar um nó em cima de um nó”, concluiu.

● **FRANCISCO GROS**, ex-Presidente do Banco Central — “A curto prazo o acordo provisório entre o Brasil e os bancos credores pode ser positivo para o País. Isto porque ele recoloca a nação nos trilhos da normalidade e vai facilitar novos financiamentos para o comércio exterior, podendo mesmo melhorar os superávits brasileiros”. Gros foi um dos responsáveis pela moratória, uma vez que ela foi declarada quando ele assumiu a Presidência do BC, em fevereiro deste ano, mas acredita que ela já rendeu os dividendos que poderia.

Em poucas palavras, ele evidenciou uma das contradições do atual Governo: “Desde 1985 que estamos tentando uma solução definitiva para este problema da dívida e o que se vê agora é um acordo temporário que não resolve nada”. Ainda assim, Gros espera que este seja o primeiro passo para uma negociação mais ampla e em bases mais favoráveis para o País.

● **ANTONIO DE PÁDUA ROCHA DINIZ**, Presidente da Federação das Associações de Bancos (Febraban) — Afirmou ontem que se sentiu feliz pelo acordo provisório firmado nos Estados Unidos entre o Brasil e os bancos credores, mas lembrou que a moratória ainda não foi suspensa. Segundo ele, no entanto, o acordo provisório, foi o primeiro e bom passo em direção ao fim da moratória.

● **CARLOS ALBERTO VIEIRA**, Presidente do Banco Safra — “O Brasil saiu ganhando, em muitos pontos, ao fechar o acordo provisório com os bancos credores. Com esse entendimento, as tensões serão aliviadas, abrindo novos canais para o País, que estava se isolando internacionalmente”. Vieira não acredita numa ação coordenada entre Brasil e Argentina a partir da declaração de moratória pelo Presidente Raúl Alfonsín.

O Presidente do Banco Safra comenta, ainda, que não haverá necessidade de formação de um “clube dos devedores”, como chegou a ser cogitado, após o anúncio da declaração de moratória pela Argentina que, assim, passa a ser mais um grande devedor, além do Brasil, a deixar de pagar os juros da dívida externa. Para ele, o acordo brasileiro foi bem negociado e representa o máximo que o País poderia ter obtido.